

# **RESISTÊNCIA INDÍGENA E EXTRATIVISTA FRENTE AO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO ITUXI NA AMAZÔNIA OCIDENTAL<sup>1</sup>.**

Marcelo Horta Messias Franco - UNIR

## **RESUMO**

No presente trabalho, a proposta é analisar os desafios colocados aos povos indígenas e às populações tradicionais do município de Lábrea, especificamente às populações da bacia hidrográfica do Ituxi, frente ao avanço de empreendimentos de infraestrutura sobre os seus territórios. O estudo está focado na ameaça posta pela construção de cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios Endimari e Ituxi, que, se construídas, trarão impactos definitivos, afetando a reprodução física e cultural dessas populações. Como metodologia de análise para o desenvolvimento desse estudo, privilegiaremos as entrevistas com os sujeitos nos territórios, a análise documental, bem como técnicas de cartografia social. Por se tratar de um estudo exploratório, integrante de um projeto de tese de doutorado ainda em fase de estruturação, o trabalho não é conclusivo. Ele já pode dialogar, entretanto, com tantos outros estudos sobre a implantação de PCHs na Amazônia.

**Palavras chave:** Povos Indígenas e Populações Tradicionais; Pequenas Centrais Hidrelétricas; Cartografia Social.

## **Introdução:**

O município de Lábrea está localizado no final do traçado da rodovia federal BR-230, e tem a sua formação histórica diretamente vinculada à exploração intensiva da borracha nativa enquanto matéria prima importante no sistema capitalista industrial, consolidado em escala global já no século XIX. Com precisamente 68.262,680 km<sup>2</sup> para uma população de mais de 40 mil habitantes, Lábrea é hoje o 10º município em extensão territorial do Brasil (IBGE, 2022).

Até meados de 1970, quando foi aberta a rodovia Transamazônica, eram os rios, como o Purus, onde se situa a sede municipal, e também os afluentes deste, como o Ituxi, o Sepatini e o Mamoriá, que cortam o território do município, que funcionavam como suas principais vias de acesso. Era pela via fluvial que fluía toda a matéria prima extraída da floresta assim como toda a mão de obra empregada para tal, fluxo migratório este que se chocou violentamente com as populações autóctones, as quais, se relativamente preservadas da invasão durante todo o período colonial, nesse novo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

período histórico, foram fortemente afetadas, tanto do ponto de vista biológico como cultural (RIBEIRO, 1985).

Assim, no território de Lábrea, a exemplo do que se sucedeu em tantos outros espaços amazônicos, todo o espectro de contradições inerentes ao processo de instalação de uma unidade política e administrativa veio à tona em episódios de violência e de morte. O surgimento da cidade se liga, dessa maneira, ao processo de reprodução ampliada do capital, chegando com mais força a partir da segunda metade do século XIX com a consolidação da ocupação seringalista (MARTINS, 2009; GALVÃO DA SILVA, 2012).

Violência e autoritarismo são assim as marcas desses tempos, e os espaços até então ocupados pelos vários povos originários foram fortemente invadidos, repetindo o drama iniciado no século XVI, com início da colonização europeia no continente americano. Já os direitos dos Povos Indígenas à posse permanente das terras tradicionalmente por eles ocupadas são reconhecidos pelo Estado somente mais de um século depois, com promulgação da constituição de 1988.

O mosaico cultural onde vivem os povos Apurinã, Paumari, Jarawara, e Jamamadi contemporâneos é formado também pela população extrativista das Resex Médio Purus e Ituxi. São pescadores, castanheiros, agricultores familiares, gente que caça e pesca para obter a sua alimentação diária, estilo de vida que é compartilhado por muitos moradores da sede municipal de Lábrea. Há ainda, compondo o cenário, os assentamentos da reforma agrária e pequenos sítios nos ramais próximos à cidade, os quais existem também na zona sul do território de Lábrea, muitos dos quais, vivendo ainda em situação de insegurança fundiária, a exemplo do que ocorre em Boca do Acre, município vizinho.

No presente trabalho, a proposta é analisar o processo de apropriação de territórios tradicionais e transformação da paisagem no município de Lábrea, com um recorte específico para a bacia hidrográfica do rio Ituxi. O estudo está focado na ameaça posta pelo plano de construção de cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios Endimari e Ituxi, as quais possuem processos tramitando junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que, se construídas, trarão impactos definitivos aos rios, à pesca e ao potencial turístico de Lábrea, além de afetar de modo permanente a reprodução física e cultural de povos indígenas e populações tradicionais que residem e utilizam cotidianamente os recursos naturais da bacia hidrográfica.

O texto irá apresentar resultados preliminares de um estudo exploratório que virá a compor um subcapítulo de tese de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR. A ideia é contribuir com a discussão a respeito do andamento de empreendimentos desse tipo na Amazônia que, mesmo considerados tecnicamente como de “pequeno porte”, se não levarem em consideração aspectos como a consulta pública ao conjunto mais amplo da sociedade, a visão de bacia hidrográfica como um todo interligado, e os impactos sociais e ambientais na escala local, estão fadados ao fracasso, verdadeiros vetores de destruição e injustiça ambiental.

O texto está dividido em três partes: introdução, seguida de uma contextualização da área de estudo, e finalmente, de sua parte conclusiva, com alguns apontamentos para a reflexão. Trata-se de um resumo expandido, preparatório para posterior desenvolvimento do problema aqui apresentado, à luz de uma base conceitual e teórica adequadas.

### **Contextualização da área do estudo**

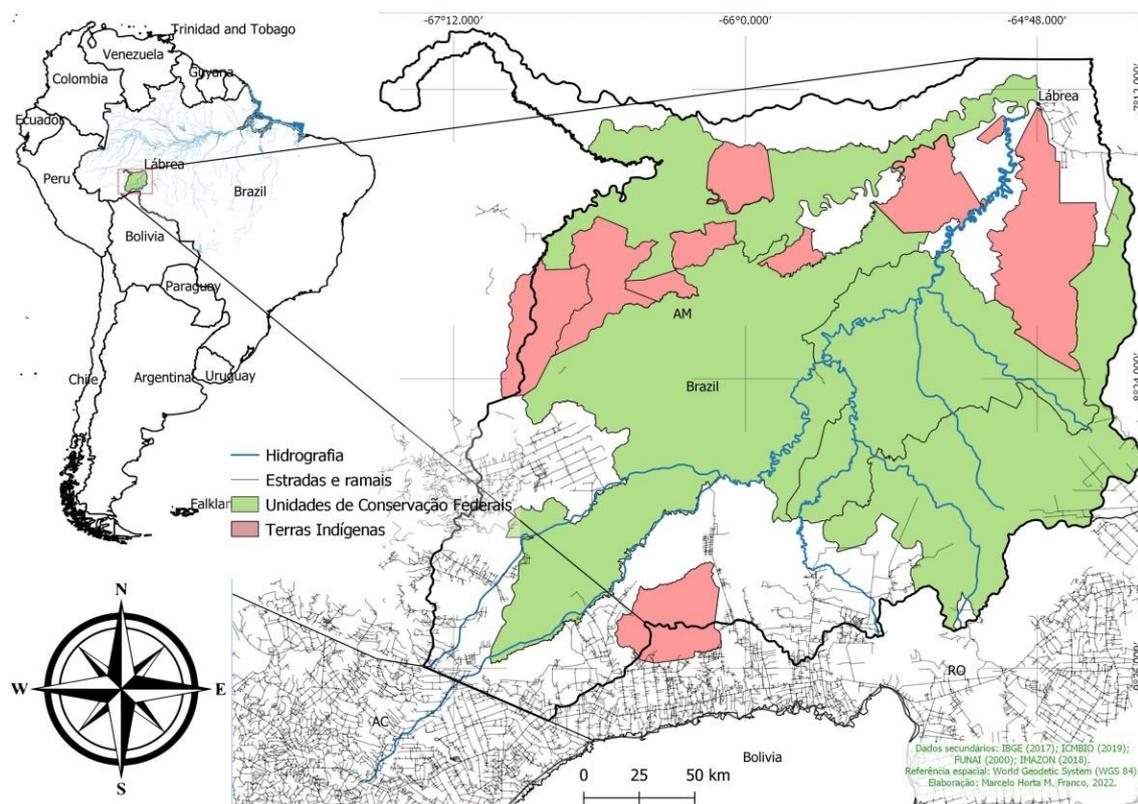
O rio Ituxi é um dos principais afluentes do rio Purus, em cuja margem está sediada a cidade de Lábrea. É um curso de água de coloração escura que corta o território municipal desde a sua porção central, nascendo desde a sua parte sul. As suas cabeceiras, assim como as nascentes dos seus afluentes - os rios Punicici, Curequetê e Siriquiqui, se localizam em áreas rochosas mais elevadas, formando cachoeiras, áreas bastante cobiçadas por empreendimentos energéticos e minerários.

Até a segunda metade do século XIX havia mais de meia dúzia de grupos indígenas distintos, com falas diferentes habitando esses rios. Eram mais de 4 mil pessoas vivendo no Ituxi e afluentes segundo fontes primárias (LABRE, 1888, apud KROEMER, 1985). A partir da invasão sistemática iniciada por Labre, com o processo de sua incorporação como fronteira da borracha, o rio Ituxi rapidamente virou palco de massacres dessas populações, que passaram a sofrer com epidemias, correrias, assédio de missões religiosas e todo o aparato trazido por um típico processo de dominação e desterritorialização.

Remanescentes desse intenso processo de ocupação, os povos Paumari, Kaxarari e Apurinã, possuem hoje pequenos contingentes populacionais na bacia hidrográfica do Ituxi, com seus territórios tradicionais reconhecidos pelo Estado no final do século XX. No caso dos Paumari, as Terras Indígenas Paumari do Ituxi e Paumari do lago Marahã,

no baixo Ituxi; no caso dos Kaxarari, antigos habitantes dos rios Curequetê, Ituxi e Iquiri, a Terra Indígena Kaxarari, cercada por fazendas e ramais clandestinos no sul de Lábrea (GOMES, 2009). Quanto aos Apurinã, frequentemente citados nas fontes históricas como beligerantes, a sua presença é forte até hoje em toda a bacia do Purus. Várias famílias de apurinãs seguem realizando as suas atividades de caça, pesca e extrativismo no rio Ituxi, porém sem territórios formalmente demarcados pelo Estado. Dentro da Resex Ituxi, existe a aldeia Pedreira do Amazonas, reivindicada como terra indígena (FOCIMP, 2011).

Com a decadência dos seringais, os brasileiros descendentes dos migrantes da região nordeste do Brasil estabelecidos nessas terras continuaram a viver o modo de vida extrativista na região. A forte pressão da fronteira agropecuária, da exploração madeireira, dos projetos de colonização e também da mineração na zona de influência da BR-364 no sentido Rio Branco – Porto Velho, na ponta do Abunã, fez com que na primeira década do século XXI, se demandasse a criação de uma Reserva Extrativista, a Resex Ituxi, que veio a ser decretada num pacote que incluiu a FLONA Iquiri e também o PARNA Mapinguari. Essa nova configuração territorial ajudou a frear o desmatamento no sul de Lábrea, apesar de não ter contido a lógica econômica da expansão da fronteira.



**Imagem 1:** Mapa do município de Lábrea com destaque para a bacia hidrográfica do Ituxi, Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas (Fonte: elaborado pelo autor, 2022).

De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da sub região do Purus, nessa faixa territorial onde se circunscribe o município de Lábrea, existem unidades geomorfológicas como depressões e planaltos residuais (AMAZONAS, 2011, p.78), que são formações rochosas com no máximo 400 m de altura. Essas formações rochosas se localizam no sul do território municipal, na fronteira com Rondônia. Esse aspecto torna a bacia hidrográfica do Ituxi vulnerável às pressões da frente de expansão econômica relacionada à mineração e exploração energética pelo vetor da BR-364 (Ponta do Abunã) e os seus ramais clandestinos.

É nessa faixa do território onde se encontram as cabeceiras dos principais tributários do rio Ituxi. Formada por esses planaltos residuais de formação rochosa, com muitas cachoeiras, não por acaso existem em várias dessas localidades solicitações de exploração de minerais junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral– DNPM (órgão do Governo Federal de controle da atividade de mineração). São pedidos de autorização para a lavra de minérios como: granito, cassiterita, estanho, tantalita, e também ouro e diamante (INFOAMAZONIA, 2022).

Sobre as cinco PCHs mapeadas para o presente estudo, com base em informações públicas, Menezes (2009) já as relacionava, atrelando tais empreendimentos a interesses econômicos de agentes políticos do Estado de Rondônia, e de fazendeiros oriundos da região sudeste e nordeste do Brasil que adquiriram grandes propriedades na região por meio de prática conhecida como grilagem de terras públicas.

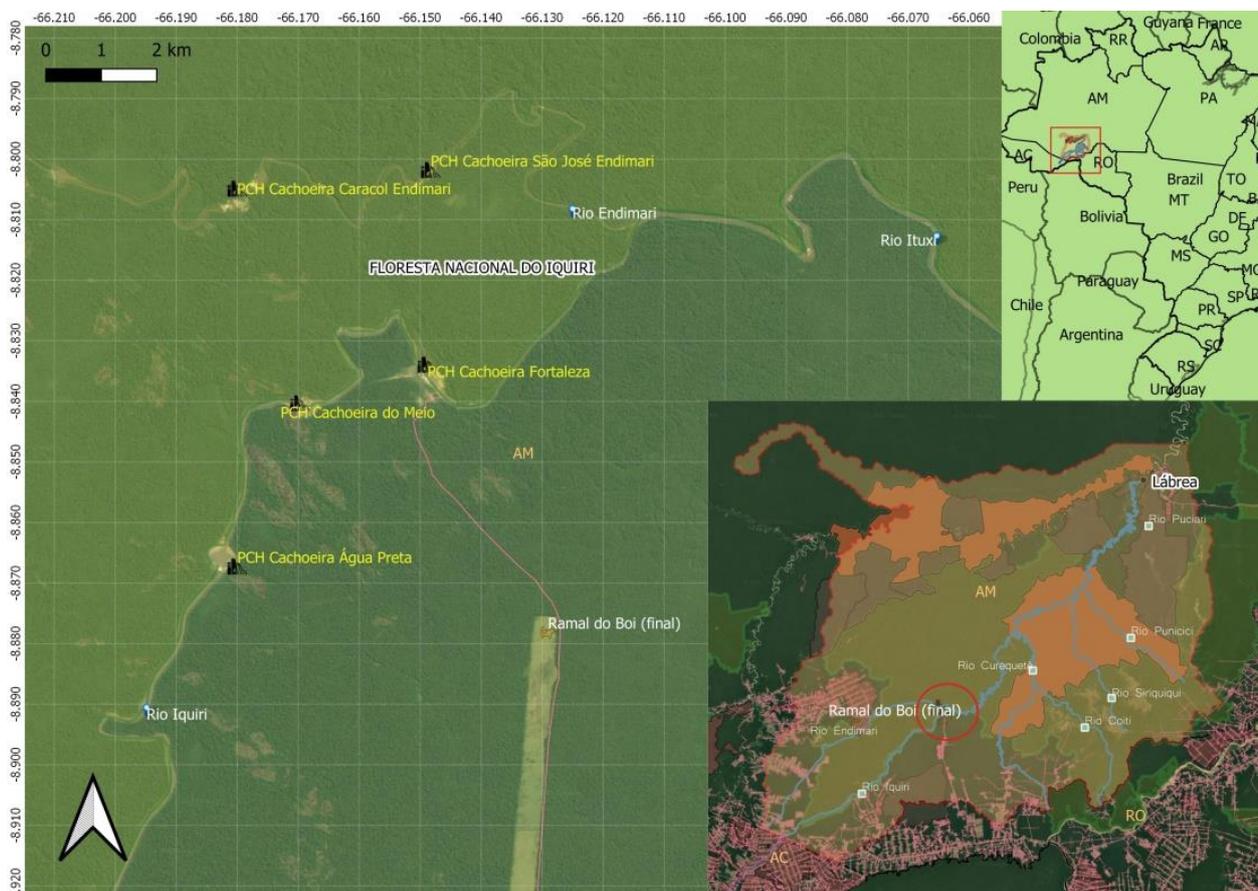
Em seu estudo, Menezes menciona a chegada do grupo Cassol, pertencente ao ex-governador do Estado de Rondônia, chegando ainda no final da década de 1970 em território Amazonense, para explorar a madeira nativa e a pecuária (p.237). A autora cita também os resultados da CPI da grilagem, instituída em 2001 na Câmara dos Deputados em Brasília, a qual rastreou gigantescas áreas de terras públicas com registro irregular em Lábrea, evidenciando as disputas entre grileiros e grupos econômicos ativos na região.

Nesse contexto, o grupo Cassol, que atualmente possui cinco PCHs em atividade no estado de Rondônia (GRUPO CASSOL ENERGIA, 2022), foi impedido em julho de 2005 de prosseguir com os estudos do inventário hidrelétrico do rio Ituxi, já que não possuíam autorização da Aneel para tal. Trata-se das mesmas PCHs do estudo em tela, as quais estão elencadas no quadro abaixo:

	<b>Empreendimento</b>	<b>Rio</b>	<b>Capacidade (Kw)</b>	<b>Status</b>
1	PCH Cachoeira da Água Preta	Ituxi	30.000 kw	Registro ativo na ANEEL
2	PCH Cachoeira Caracol	Endimari	25.000 Kw	Registro ativo na ANEEL
3	PCH Cachoeira do Meio	Ituxi	30.000 Kw	Registro ativo na ANEEL
4	PCH Cachoeira Fortaleza	Ituxi	30.000 Kw	Registro ativo na ANEEL
5	PCH Cachoeira São José	Endimari	27.000 Kw	Registro ativo na ANEEL

**Quadro 1:** relação dos empreendimentos hidroelétricos previstos para a bacia hidrográfica do Ituxi em Lábrea AM (elaborado pelo autor, 2022).

Ainda segundo Menezes (2009, p.237), o então governador de Rondônia, com bom trânsito no Governo Federal, declarava ter autorização do Ministério das Minas e Energia para explorar o rio Ituxi, e que havia comprado 3 mil hectares de terra no sul de Lábrea. Entretanto, segundo reportagem da agência EBC naquele ano de 2003, o inventário hidrelétrico das cachoeiras do Ituxi já haviam sido feito pela empresa Concremat Engenharia e Tecnologia, sediada no Rio de Janeiro e contratada pela própria ANEEL, que teria aprovado os estudos realizados por essa empresa (AGÊNCIA BRASIL, 2005). Abaixo, o mapeamento das PCHs do Ituxi realizado a partir dos dados coletados:



**Imagem 2:** localização precisa das cinco PCHs planejadas para a bacia do Ituxi em Lábrea/AM (mapa elaborado pelo autor (2022).

Na imagem acima destacamos o ponto final do “ramal do boi”, um ramal clandestino que adentra 90 km o território de Lábrea até as terras do proprietário atual que pretende levar a frente a construção das PCHs. Menezes (2009) descreve esse tipo de vetor de desmatamento e grilagem, as vicinais na rodovia federal BR 364, adentrando o estado do Amazonas por Lábrea:

No extremo Sul do município de Lábrea, próximo à vila de Nova Califórnia, na estrada Porto Velho-Rio Branco, a CPI da grilagem apontou a situação do Ramal dos Baianos. O ramal se encontra em área propícia à agricultura mecanizada e pastagens devido aos solos bem drenados e planos, onde predomina uma vegetação formada em grande parte por castanheiras da qual sobrevivem centenas de extrativistas residentes no Rio Ituxi. Os moradores afirmavam que desde 2002, um grileiro vindo da Bahia construiu um ramal principal com 84 km e 250 Km de estradas secundárias ilegais e vinha negociando terras no entorno das vias, atividade que provocou cerca de 15 mil hectares de desmatamentos de acordo com o Ibama (MENEZES 2009 p. 236).

O ramal dos Baianos, assim como o ramal do Boi, o ramal Mendes Júnior, o ramal do Mococa e o ramal Jequitibá, são todos eles exemplos de vias por onde a frente de expansão da fronteira econômica avança pela região sul do estado do Amazonas. Tal processo de ocupação ocorre sem a mediação do Estado, prevalecendo a “lei do mais forte” com incontáveis episódios de violência agrária associada à expropriação territorial e injustiças (COSTA, 2016; COSTA SILVA, 2022).

Por último, cabe o registro da análise de documentos públicos mais recentes, expedidos pela Agência nacional de Energia Elétrica, sobre os empreendimentos hidroelétricos nesse estudo elencados. A Nota Técnica nº 66 de 2017, por exemplo, trata da “adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico” da PCH Cachoeira São José no rio Endimari. A parte interessada citada no documento público é a empresa Electra Power Geração de Energia S.A. Despachos idênticos são expedidos para as outras quatro PCHs aqui elencadas: na cachoeira da Água Preta, na cachoeira Caracol, cachoeira do Meio e na cachoeira Fortaleza. No final dos despachos da agência reguladora, é destacada a alteração da titularidade da parte interessada para Norte Sul Geração de Energia Ltda. Quem expede os despachos sobre as notas técnicas analisadas é afigura do superintendente de concessões e autorizações de geração da agência reguladora estatal (ANEEL, 2022).

Foi analisado ainda o despacho N° 1.218, de 30 de abril de 2020, o qual trata desse mesmo conjunto de empreendimentos na bacia hidrográfica do Ituxi, no território do município de Lábrea, Amazonas, desta vez, estendendo a validade do “Registro de Adequabilidade aos Estudos de Inventário e ao Uso do Potencial Hidráulico do Sumário Executivo” dessas Pequenas Centrais Hidrelétricas, ou seja, o documento prorroga a outorga de autorização para a exploração (aproveitamento de potencial hidráulico) por mais três anos, no caso até 2023 (ANEEL, 2022).

Esse documento também é expedido pelo superintendente de concessões e autorizações de geração da ANEEL e abrange um conjunto empreendimentos do mesmo tipo em todo o território nacional. Conclui-se assim, que os cinco empreendimentos mapeados no presente estudo estão regulares no órgão federal. Abaixo apresentamos duas imagens as quais ilustram o tipo de modificação da paisagem trazido por esse modelo de empreendimento na Amazônia:



**Imagem 3:** Cachoeira Fortaleza - FLONA do Iquiri (Fonte: ICMBIO, 2020. Foto de Gustavo Irgang).



**Imagem 4:** PCH Ângelo Cassol no município de Alta Floresta d’Oeste, estado de Rondônia, com capacidade instalada de 3,6 MW (Fonte: Cassol Energia, 2022).

A imagem acima é bastante reveladora quanto aos impactos que poderão ocorrer na paisagem e no fluxo do rios Ituxi e Endimari, caso avancem as propostas de construção de PCHs no sul de Lábrea. Vale ressaltar que as pequenas usinas estão projetadas para uma área situada dentro da Floresta Nacional do Iquiri, uma unidade de conservação federal de uso sustentável. As PCHs vão de encontro com os propósitos relacionados no Plano de manejo da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2017, p. 61) e o rio Iquiri é fronteira natural da FLONA Iquiri.

Ressalta-se por fim, que a região dos rios Iquiri e Sepatini, dentro da FLONA Iquiri, são áreas de uso tradicional do povo indígena Apurinã, que, como mencionado acima, juntamente com os moradores da Resex Ituxi são extrativistas do pescado, castanha, copaíba e caça dentro da dinâmica de uso tradicional da floresta amazônica (APADRIT, 2010; FOCIMP, 2017).

## **Conclusão**

O objetivo da presente exposição foi o de contribuir com o mapeamento de vetores da modificação da paisagem no sul de Lábrea, em específico na bacia hidrográfica do rio Ituxi. Pequenas Centrais Hidrelétricas são empreendimentos que, tecnicamente são considerados de pequeno porte, mas que do ponto de vista da população local, são capazes de proporcionar grandes prejuízos. Ademais, a apropriação de terras públicas por agentes privados na Amazônia tem mostrado historicamente seu viés colonialista e predatório ao drenar todo o lucro obtido por essas atividades a outros centros, como também é o caso da pecuária, da exploração madeireira ou mesmo da exploração de castanhais e pesca, que no caso de Lábrea, sequer gera divisas para os cofres municipais. Quanto aos empreendimentos hidrelétricos em tela, não há sequer a discussão sobre o possível benefício para comunidades locais com a geração de energia hidráulica.

Desse modo, acreditamos que o uso de metodologias como a da cartografia social, bem como uma abordagem antropológica séria e engajada, ouvindo a parte mais vulnerável nesse jogo de interesses, é capaz de instrumentalizar e empoderar as comunidades locais, no sentido de tornar menos desequilibrado o jogo de forças, e dessa maneira partir para uma discussão um pouco mais coerente e justa sobre modelos desenvolvimento, sobretudo em uma região chave no tocante à discussão mundial sobre as mudanças climáticas dentro da qual a Amazônia tem papel importante.

## **Agradecimentos:**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, cuja bolsa de pesquisa vem ajudando a viabilizar as etapas do meu projeto de doutorado em Geografia; ao Grupo de pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia - GTGA/UNIR, pela acolhida, e por proporcionar ambiente sadio de discussões científicas em torno das questões amazônicas; à professora Dra. Claudina Azevedo Maximiano, pelo incentivo e generosidade de sempre.

## **Referências:**

AGÊNCIA BRASIL (18/07/ 2005). “Grupo Cassol não possui autorização da Aneel para estudos no Rio Ituxi, no Amazonas”. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-07-18/grupo-cassol-nao-possui-autorizacao-da-aneel-para-estudos-no-rio-ituxi-no-amazonas>. Acesso em 12 de ago. de 2022.

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Biblioteca virtual**. <https://biblioteca.aneel.gov.br/Resultado/Listar?guid=1651006736909>. Acesso em: 26 de abr. de 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da 'proteção' ao 'protecionismo'. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [350]-369.

AMAZONAS, Governo do Estado - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. **Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Purus** – Metodologia do ZEE, Organização do espaço regional, diagnóstico socioambiental, Relatório, Volume I. Manaus: GIZ/SDS/CEZEE, 2011.

COSTA, Auriedia Marques. **A face oculta do conflito: desmatamento, avanço da fronteira agropecuária e expropriação de extrativistas de Lábrea - sul do Amazonas**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. **CONFLITOS NO CAMPO BRASIL**, v. 1, p. 104-111, 2022.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS - FOCIMP. **Plano de Vida do Movimento Indígena do Médio Purus/AM**; PROJETO ALDEIAS, Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Visão Mundial (WV), Lábrea-AM, 2011.

GALVÃO DA SILVA, A. C. **O Seringal no Município de Lábrea: O Espaço vivido e a resistência de um tempo**. Ed. Scortecci - 1ª edição – 2012, 176 p.

GOMES, I. B. S. R. **O que aconteceu aos Kaxarari**: Um estudo etnográfico de (In) Sustentabilidade ambiental. 2009. 79 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), UNIR, Porto Velho, 2009.

GRUPO CASSOL ENERGIA. “**Quem somos**”. Disponível em <http://grupocassolenergia.com.br/new/quemsomos.php>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

INFOAMAZONIA. MAPAS/ **Mineração**. Disponível em: <https://infoamazonia.org/maps/mineracao/>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/labrea/panorama>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Iquiri**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-iquiri/arquivos/plano\\_manejo\\_flona\\_do\\_iquiri.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-iquiri/arquivos/plano_manejo_flona_do_iquiri.pdf). Acesso em: 12 de ago. de 2022.

KROEMER, G. **Cuxiuara: O Purus dos Indígenas**. Ensaio etno-histórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, T. Expansão da Fronteira Agropecuária e Mobilização dos Povos Tradicionais no Sul do Amazonas. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de;. (Org.). **Conflitos Sociais no Complexo Madeira**. Manaus: UEA Edições, 2009, v.1, p.231-246.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA). **Povos Indígenas do Município de Lábrea** – Lutando por nossas terras – Amazonas. Fascículo 43, setembro de 2017. FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E COMUNIDADES INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS – **FOCIMP**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/43-povos-indigenas-do-municipio-de-labrea-lutando-por-nossas-terras-amazonas/>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

---

**Comunidades extrativistas da Resex do Ituxi: lutando por uma vida melhor**. Manaus: UEA Edições, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, Fascículo 33. 2010. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI – **APADRIT**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/33-comunidades-extrativistas-da-resex-ituxi-lutando-por-uma-vida-melhor-labrea-am/>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Editora Círculo do Livro, São Paulo, 1985.